

ativos

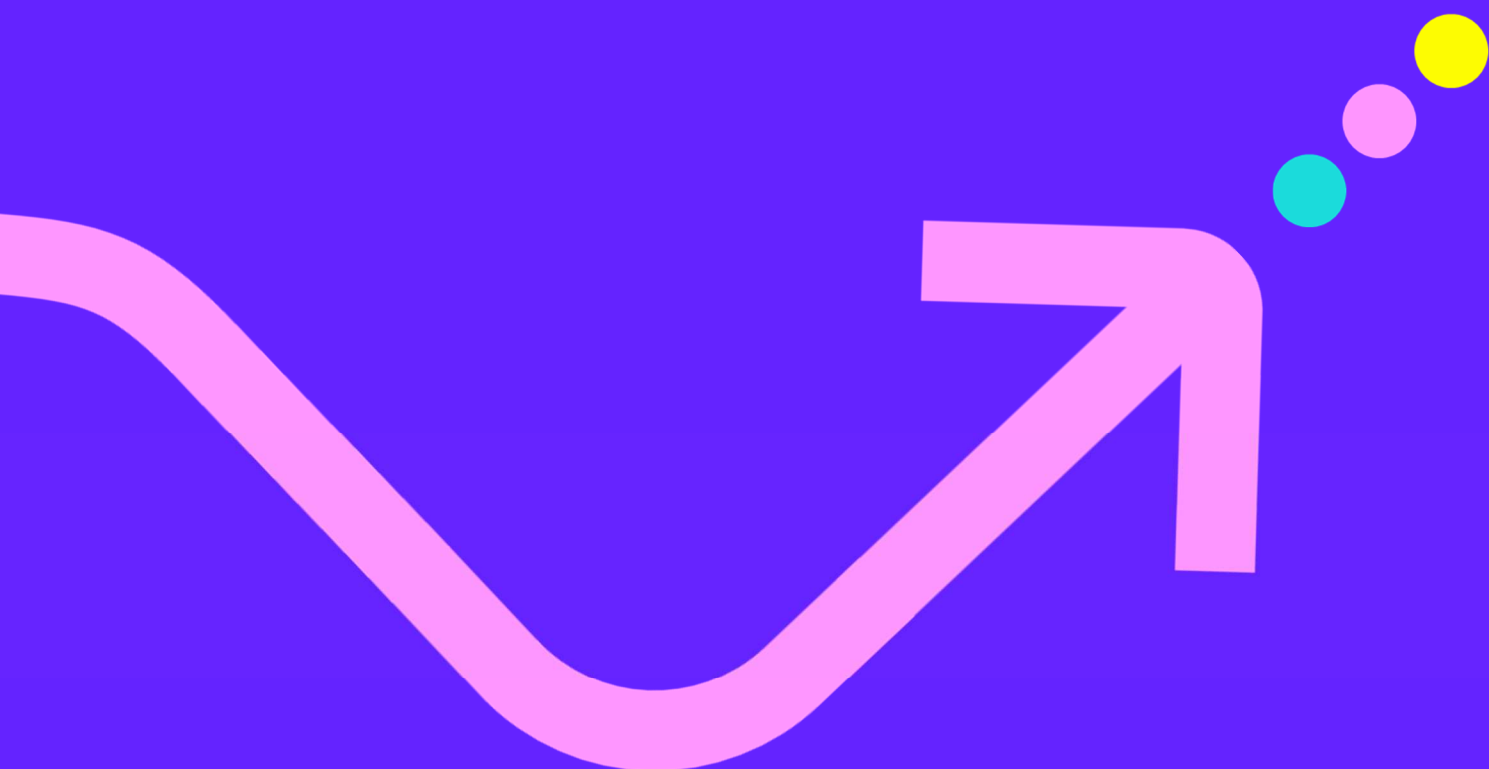
Uma
empresa



Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025

Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos ou Companhia) relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados da manifestação do Conselho de Administração, parecer do Conselho Fiscal e dos relatórios do Comitê de Auditoria e dos Auditores Independentes.

O resultado alcançado no exercício foi compatível com o montante e o perfil das carteiras de crédito em cobrança, refletindo a solidez do modelo de negócios, a disciplina na gestão de custos e a efetividade das estratégias adotadas pela Companhia. Ao longo do período, foram desenvolvidos e implementados projetos voltados à expansão e diversificação do portfólio, com aumento do volume de carteiras adquiridas, bem como à captação de recursos por meio da emissão de debêntures, destinada à aquisição de novas carteiras, contribuindo para o fortalecimento da estrutura financeira e para a sustentação do crescimento das operações.

A EMPRESA

A Ativos tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos e podendo, ainda, participar de outras sociedades.

A principal *expertise* da empresa é a cobrança eficaz na recuperação de créditos adquiridos de terceiros, em especial de créditos baixados em perdas de Instituições Financeiras. A eficácia da Companhia provém, dentre outras razões, de uma estrutura de custos (pessoal e infraestrutura) eficiente, agilidade na tomada de decisão, especialização no desenvolvimento de estratégias de cobrança e gestão de canais de atendimento para o nicho de mercado em que atua.

Em 2025, a Ativos concluiu o reposicionamento de sua marca, alinhado à evolução do modelo de negócio, ao amadurecimento institucional da Companhia e às diretrizes estratégicas do Conglomerado Banco do Brasil.

O reposicionamento consolidou a Companhia como uma empresa que alia *expertise* técnica e agilidade na gestão e recuperação de créditos, com atuação próxima aos clientes e foco em soluções que contribuam para a retomada de sua vida financeira.

Esse movimento envolveu a atualização da identidade verbal e visual, o alinhamento das mensagens institucionais e a evolução da experiência nos diferentes pontos de contato, reforçando a proximidade e relevância da Ativos para a cidadania financeira de seus clientes e sustentando uma estratégia de crescimento responsável e consistente no longo prazo.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Encerramos o ano com lucro líquido de R\$ 305.299 mil.

A Ativos possui um modelo de negócios com estrutura própria eficiente, focada na estratégia de cobrança e alto nível de *outsourcing*. No exercício, os custos da empresa foram de 55,9% sobre as receitas, excluídos os impostos, compostos por 49,7% de custos variáveis, envolvendo principalmente custos de aquisição e de cobrança, e 6,2% de custos fixos. No encerramento do balanço, os custos variáveis representaram de 88,9% dos custos totais.

O índice de eficiência de 2025 foi de 7,1%, o que reforça o compromisso da Ativos com a eficiência na gestão das despesas, com o objetivo de mantê-las em patamares compatíveis com as boas práticas de gestão, com os resultados esperados e em sintonia com as práticas do Conglomerado Banco do Brasil.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Em 2025, realizamos 4 milhões de acordos, totalizando R\$ 4,6 bilhões em volume negociado e R\$ 1,18 bilhão em valores recebidos. O volume negociado foi 27% superior ao do ano anterior, demonstrando uma elevação no patamar de negociação da Companhia.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A Ativos está em constante desenvolvimento de iniciativas estratégicas visando o aumento da produtividade, alavancagem do nível de inteligência analítica, melhoria na gestão das estratégias de cobrança e evolução tecnológica e digital da Companhia.

Encerramos o exercício de 2025 com 91,4% da quantidade de acordos realizados em canais digitais representando 56,7% da receita, elevação de 10% em comparação ao ano anterior.

Os negócios oriundos de advogados contratados que realizam a condução jurídico-negocial dos créditos ajuizados (polo ativo) também apresentaram elevação. Em 2025, alcançamos o montante de R\$ 33,4 milhões, aumento de 2,15% em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre da estratégia de impulsão negocial de processos considerados estratégicos e com maior potencial para recuperação de créditos que são acompanhados pela área jurídica em conjunto com a Diretoria Executiva.

AQUISIÇÕES DE CRÉDITOS

As aquisições de crédito em 2025 totalizaram R\$ 1.031 milhões. O incremento do volume de aquisições em comparação aos anos anteriores foi viabilizado por emissão de debêntures.

MELHORIA DA EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

Destacamos nossa atenção ao risco de reputação, inclusive em relação aos cedentes de créditos, contando com gerências específicas para gestão do relacionamento com as instituições cedentes e com clientes, e acompanhamento por meio de indicador específico que mede a qualidade de nosso atendimento, baseado em sites externos de referência sobre o tema. O indicador específico que mede a qualidade do atendimento apresentou índice de solução de 81,4%, elevação de 8,7% em comparação a 2024.

No âmbito das interações em redes sociais e em sites externos, foram adotadas ações específicas de busca de soluções às demandas recebidas, como foco na satisfação do cliente. Além disso, houve investimento em novos sistemas para aprimorar a gestão dessas demandas e elevar a qualidade do atendimento.

BAIXA DE CRÉDITOS ADQUIRIDOS

Com base em metodologia que leva em consideração as características das carteiras adquiridas, tempo de cobrança, valor da aquisição e normas contábeis, foi baixado do ativo (Créditos Adquiridos) o valor de R\$ 256.695 mil no ano.

PASSIVOS CONTINGENTES

Considerando a posição de 31.12.2025, a Companhia é parte em 48.989 ações adversas nas esferas cíveis e trabalhistas, abrangendo todas as Unidades Federativas.

O volume de demandas judiciais contrárias à Ativos corresponde a 0,09% da quantidade de operações em cobrança em 2025. As ações têm como principais pedidos a baixa de restrições em órgãos de proteção ao crédito, declaração de inexistência de débitos, indenização por danos morais e revisão de cláusulas contratuais.

As provisões para passivos contingentes no exercício foram superiores às reversões em R\$ 5.174 mil, totalizando um valor acumulado de provisão em 31.12.2025 de R\$ 79.032 mil. No período, os desembolsos relacionados a demandas judiciais cíveis e trabalhistas apresentaram redução de 12,7% em relação ao exercício anterior, refletindo a efetividade da gestão das despesas associadas ao contencioso e a condução estratégica das ações jurídicas adotadas pela Companhia.

A Ativos tem como postura, independentemente da natureza dos pleitos judiciais e das medidas adotadas na defesa de seus direitos, contatar os devedores visando negociar a solução da pendência.

Em 2025, promovemos a continuidade das estratégias com foco em ações do polo passivo com o objetivo de incentivar a realização de acordos amigáveis em processos pré-selecionados pela Ativos, o que gerou pagamento de indenizações em patamar inferior à média das condenações sofridas (redução de despesas), melhorando a experiência do cliente na medida em que promove soluções mais rápidas, além de contribuir para desafogar o sistema judiciário brasileiro.

Ainda com foco no polo passivo, realizamos ações para redução de despesas com condenações, moderação na interposição de recursos e promoção de práticas proativas, com a formalização de acordos em valores inferiores à média histórica fixada em sentença.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Companhia encontra-se adequada à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Nossos clientes dispõem de relatório de privacidade com descrição individualizada dos tratamentos de dados realizados pela Companhia ao longo das etapas do processo de cobrança, o qual pode ser solicitado de forma simples e direta por meio do site da Ativos (ativosbb.com.br).

CAPITAL HUMANO

O investimento em capital humano, com foco na valorização das pessoas e do conhecimento, constitui uma das diretrizes que orientam a Companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos.

Com o objetivo de fortalecer a governança e a comunicação interna, foram instituídos comitês com a participação do corpo funcional, voltados à disseminação da estratégia corporativa, ao acompanhamento da evolução dos negócios e ao monitoramento de metas e indicadores de desempenho. Essa estrutura promove maior transparência, alinhamento das equipes às decisões e diretrizes estratégicas da Companhia, contribuindo para a melhoria dos resultados e para o fortalecimento do engajamento e do sentimento de pertencimento.

Promovemos a diversidade e combatemos qualquer forma de discriminação no ambiente de trabalho e na relação com nossos públicos de interesse. Em 2022, implementamos o Indicador de Diversidade Empresarial (DE), com o objetivo de acompanhar a representatividade de gênero, raça, pessoas com deficiência e diferentes faixas etárias no quadro de colaboradores, bem como monitorar a participação feminina em cargos de liderança. No período mais recente, observou-se incremento de 36% no número de mulheres em posições de gestão, evidenciando a evolução dos indicadores acompanhados e o compromisso da Companhia com a promoção da inclusão e da equidade.

A empresa manteve-se atuante na capacitação e treinamento do seu corpo funcional e promoveu o alinhamento das competências gerenciais e técnicas dos empregados às melhores práticas de gestão e de atualização tecnológica.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos área dedicada às atividades de Governança Corporativa, a Secretaria Executiva e Governança, que presta apoio administrativo às reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas, dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva e da subsidiária.

Como melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota a sistemática de decisões colegiadas, além de contar com estrutura de órgãos como Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, Comitê de Riscos e de Capital e Auditoria Interna, todos compartilhando a estrutura do Controlador (Banco do Brasil). A Companhia conta ainda com Conselho de Administração (CA), composto por 7 (sete) membros; e Conselho Fiscal (CF), composto por 3 (três) membros.

GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E INTEGRIDADE

Em alinhamento às diretrizes do Conglomerado Banco do Brasil, a Companhia adota o Modelo Referencial de Linhas de Defesa para gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. A primeira linha de defesa é constituída pelos processos de negócio, de apoio aos negócios e de funções corporativas e responde pelo monitoramento de seus próprios processos, no conceito de gerência proprietária do risco.

A segunda linha de defesa corresponde às funções corporativas típicas de gestão de riscos, controles internos e compliance composta pela Gerência de Riscos, Controles Internos, Compliance e Integridade e pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos e de Crises. A atuação ocorre por categorias de riscos, em alinhamento com as melhores práticas de mercado e do Controlador. Além dos órgãos compartilhados com o Controlador, indicados acima, a auditoria externa (independente) e outras unidades do BB desempenham importante papel no processo de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Ativos norteia suas atitudes de cobrança no respeito aos direitos dos cidadãos, orientando as equipes de recuperação de créditos a pautarem suas ações nos estritos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No desenvolvimento de seus negócios, a empresa gera resultados que atendem às expectativas dos acionistas na remuneração de seus capitais e contribui para a cidadania financeira de pessoas que, por alguma razão, tornaram-se inadimplentes e, ao pagar suas dívidas, podem ser novamente habilitadas a operar no mercado de crédito.

A Companhia atua em parceria com empresas de cobrança detentoras de boas práticas de responsabilidade social, permitindo adequar os desembolsos para pagamento de dívidas às reais condições econômico-financeiras dos clientes.

Nesse contexto, destacamos o desempenho do indicador de Negócios Sociais que integra a Estratégia Corporativa e seu objetivo é melhorar a experiência do cliente (devedor), medindo o impacto social positivo gerado aos clientes no encerramento de uma dívida, visto que representa um avanço ao cliente em sua reinserção no mercado de créditos. Em 2025, foram liquidadas 1.589 mil dívidas.

Em relação à contribuição financeira para a sociedade, no ano de 2025 foram apurados R\$ 205.373 mil a título de impostos e contribuições, sendo:

Impostos Apurados	Valores
Imposto de Renda	(113.377)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(41.252)
COFINS	(41.730)
PIS/PASEP	(6.781)
Outros	(2.233)

Por meio de incentivos fiscais, foram apoiados 10 (dez) projetos vinculados ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente (FIA), 10 (dez) projetos vinculados ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa (FDI) e 1 (um) projeto vinculado ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), totalizando R\$ 1.311 mil.

Em 2025, a Ativos promoveu a compensação das emissões de gases de efeito estufa (Escopos 1 e 2) apuradas no exercício anterior, por meio da aquisição de créditos de carbono. Essa iniciativa integra um processo estruturado de monitoramento e compensação do impacto ambiental, adotado a partir de 2024, com a perspectiva de sua aplicação recorrente nos exercícios subsequentes, reforçando o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

A Ativos orienta suas práticas de gestão de pessoas por princípios de diversidade, equidade e inclusão, promovendo um ambiente organizacional pautado pelo respeito às diferenças e pela valorização das pessoas, independentemente de gênero, raça, origem, idade ou quaisquer outras características individuais. Esses princípios encontram-se formalizados em nossa Política de Gestão de Pessoas, que estabelece diretrizes voltadas à construção de ambiente de trabalho inclusivo, equitativo e alinhado às melhores práticas institucionais.

Não fazemos distinção de gênero na remuneração. Os valores referentes à remuneração dos cargos e às verbas de natureza pessoal são definidos e calculados sem qualquer diferenciação entre homens e mulheres.

No quadro abaixo, pode-se observar a quantidade e proporção de mulheres contratadas em cada nível hierárquico da Ativos:

	Exercício/2025		Exercício/2024	
Total Ativos	40	55%	44	56%
Técnico	29	50%	33	52%
Gerencial	11	73%	11	73%

Dois membros da Diretoria Executiva se autodeclaram como pessoa com deficiência (PCD) e um membro se autodeclara pertencente à comunidade LGBTQIAPN+. A seguir demonstramos a quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração da Ativos:

	Exercício/2025		Exercício/2024	
Conselho de Administração	1	14,28%	1	14,28%
Diretoria Executiva	0	0%	0	0%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		699.592	736.283
Caixa e equivalentes de caixa	5	252.552	436.642
Instrumentos financeiros		430.907	290.553
Créditos adquiridos	6.d	430.907	290.553
Outros créditos	7	15.776	9.016
Outros valores e bens	8	357	72
Ativo não circulante		1.257.254	732.216
Realizável a longo prazo		1.249.442	724.014
Instrumentos financeiros		1.220.504	697.431
Créditos adquiridos	6.d	1.220.504	697.431
Outros créditos	7	28.938	26.583
Investimentos		6	6
Participações societárias	9	6	6
Imobilizado		2.514	3.953
Imobilizado de uso	10.a	1.919	1.890
Ativo de direito de uso – arrendamento	10.a	6.306	6.306
(Depreciação acumulada)	10.a	(5.711)	(4.243)
Intangíveis		5.292	4.243
Ativos intangíveis	11	7.999	6.767
(Amortização acumulada)	11	(2.707)	(2.524)
Total do ativo		1.956.846	1.468.499

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		503.543	488.390
Obrigações por emissão de debêntures	12	28.862	--
Obrigações por empréstimos e financiamentos	13	--	100.000
Outras obrigações		474.681	388.390
Sociais e estatutárias	14.a	310.207	250.405
Fiscais e previdenciárias	14.b	58.954	43.378
Arrendamento	10.b	1.321	1.199
Diversas	14.c	104.199	93.408
Passivo não circulante		476.134	2.940
Obrigações por emissão de debêntures	12	474.525	--
Outras obrigações		1.609	2.940
Arrendamento	10.b	1.609	2.940
Patrimônio líquido		977.169	977.169
Capital social	19.b	656.103	656.103
Reservas de lucros	19.c	321.066	321.066
Total do passivo e patrimônio líquido		1.956.846	1.468.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Exercício/2025	Exercício/2024
Receita operacional líquida	15	992.628	852.873
Custo de serviços de cobrança	16	(141.293)	(118.942)
Lucro bruto		851.335	733.931
Outras receitas/despesas operacionais		(393.498)	(355.209)
Perdas na baixa de créditos adquiridos	6.e	(256.695)	(233.398)
Despesas administrativas	17.a	(74.723)	(58.405)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	3.898	3.722
Outras receitas operacionais	17.b	46.989	80.868
Outras despesas operacionais	17.c	(112.967)	(147.996)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		457.837	378.722
Resultado financeiro		2.091	5.315
Receitas financeiras	18.a	44.054	17.186
Despesas financeiras	18.b	(41.963)	(11.871)
Resultado operacional		459.928	384.037
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		459.928	384.037
Imposto de renda e contribuição social	20.a	(154.629)	(128.417)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(156.525)	(126.638)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.896	(1.779)
Lucro líquido		305.299	255.620
Número de ações		656.102.904	656.102.904
Ordinárias		328.051.452	328.051.452
Preferenciais		328.051.452	328.051.452
Lucro por ação (R\$)			
Ordinária		0,44	0,37
Preferencial ⁽¹⁾		0,49	0,41

(1) As ações preferenciais dão direito ao recebimento de dividendos, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que atribuído a cada ação ordinária.

Demonstração do resultado abrangente

	Exercício/2025	Exercício/2024
Lucro líquido do período	305.299	255.620
Outros resultados abrangentes	--	--
Efeito dos impostos	--	--
Resultado abrangente do período	305.299	255.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Eventos	Nota	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31/12/2023		656.103	122.230	189.846	--	968.179
Lucro líquido do período		--	--	--	255.620	255.620
Destinações:						
Reservas	19.d	--	8.990	--	(8.990)	--
Dividendos (R\$ 375,90 por lote de mil ações)	19.d	--	--	--	(246.630)	(246.630)
Saldos em 31/12/2024		656.103	131.220	189.846	--	977.169
Mutações do período		--	8.990	--	--	8.990
Saldos em 31/12/2024		656.103	131.220	189.846	--	977.169
Lucro líquido do período		--	--	--	305.299	305.299
Destinações:						
Reservas	19.d	--	--	--	--	--
Dividendos (R\$ 465,32 por lote de mil ações)	19.d	--	--	--	(305.299)	(305.299)
Saldos em 31/12/2025		656.103	131.220	189.846	--	977.169
Mutações do período		--	--	--	--	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

	Nota	Exercício/2025	Exercício/2024
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Lucro líquido		305.299	255.620
Ajustes ao lucro líquido		469.117	373.303
Atualização monetária sobre dividendos pagos	18.b	13.292	4.680
Atualização sobre debêntures emitidas	18.b	12.951	--
Juros empréstimos	18.b	12.261	--
Atualização monetária sobre dividendos recebidos	17.b	(386)	(74)
Atualização monetária de precatórios	17.b	(458)	--
Atualização de impostos e contribuições - SELIC		--	(35)
Despesas de depreciação e amortização		1.650	1.738
Reforço (Reversão) de provisão para passivos contingentes	23.b	22.381	8.901
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	(3.898)	(3.722)
Perdas na baixa de créditos adquiridos	6.e	256.695	233.398
Imposto de renda e contribuição social		154.629	128.417
Lucro líquido ajustado		774.416	628.923
Variações Patrimoniais		(1.091.763)	(359.626)
(Aumento) Redução em créditos adquiridos		(920.123)	(213.720)
(Aumento) Redução em outros créditos		(6.498)	5.051
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(285)	141
Imposto de renda e contribuição social pagos		(138.597)	(119.954)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(26.260)	(31.144)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		(317.347)	269.297
Fluxo de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
(Aquisição) de imobilizado		(29)	(10)
(Aquisição) de intangível		(1.232)	(1.596)
Alienação de intangível		--	912
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		4.022	4.321
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2.761	3.627
Fluxo de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por emissão de debêntures		490.418	--
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e financiamentos		(100.000)	100.000
Dividendos pagos - ações ordinárias		(123.772)	(108.370)
Dividendos pagos - ações preferenciais		(136.150)	(119.208)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		130.496	(127.578)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(184.090)	145.346
Início do período		436.642	291.296
Fim do período		252.552	436.642
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(184.090)	145.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Exercício/2025	%	Exercício/2024	%
Receitas		973.850		824.779	
Receita de recebimento de créditos	15	1.041.139		893.688	
Outras receitas/(despesas)		(67.289)		(68.909)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(428.974)		(379.076)	
Perdas na baixa de créditos adquiridos	6.e	(256.695)		(233.398)	
Despesas com serviços de cobrança	16	(141.293)		(118.942)	
Processamento de dados	17.a	(14.115)		(14.040)	
Serviços técnicos especializados	17.a	(5.475)		(1.931)	
Concessão de uso de software	17.a	(2.959)		(3.446)	
Legais e judiciais	17.a	(2.813)		(3.353)	
Condomínio	17.a	(787)		(308)	
Serviços de terceiros	17.a	(756)		(613)	
Promoções e relações públicas	17.a	(589)		(443)	
Viagens no País	17.a	(411)		(356)	
Reuniões	17.a	(366)		(208)	
Publicidade e propaganda	17.a	(320)		--	
Comunicação	17.a	(259)		(166)	
Custos indiretos contabilidade BB	17.a	(244)		(209)	
Outras		(1.892)		(1.663)	
Valor Adicionado Bruto		544.876		445.703	
Depreciação e Amortização		(1.650)		(1.738)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		543.226		443.965	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		47.952		20.908	
Receitas financeiras	18.a	44.054		17.186	
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	3.898		3.722	
Valor Adicionado a Distribuir		591.178	100,00%	464.873	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		591.178	100,00%	464.873	100,00%
Pessoal		33.126	5,60%	24.041	5,17%
Salários e honorários		17.610		12.837	
Participações de empregados e administradores no lucro	17.a	4.007		2.828	
Benefícios e treinamentos		6.112		4.592	
FGTS		1.532		1.131	
Outros encargos		3.865		2.653	
Impostos, Taxas e Contribuições		210.495	35,61%	173.069	37,23%
Federais		210.495		173.069	
Remuneração de Capital de Terceiros		42.258	7,15%	12.143	2,61%
Despesas financeiras	18.b	41.963		11.871	
Aluguéis	17.a	295		272	
Remuneração de Capital Próprio		305.299	51,64%	255.620	54,99%
Dividendos	19.d	305.299		246.630	
Lucros retidos		--		8.990	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - A Ativos e suas operações

A Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31.10.2002, localizada no SBS, Quadra 01, Bloco G, Lote 32, Edifício Sede III, 5º andar, Parte A, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos e podendo, ainda, participar de outras sociedades.

O capital social da Ativos é constituído por recursos das empresas BB Banco de Investimento S.A. (BB BI) e BB Cayman Islands Holding (BB CI Holding), empresas controladas pelo Banco do Brasil S.A.

A Ativos possui participação de 100% no capital social da Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, de parte da infraestrutura administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Ativos não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, em conformidade com o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 13/03/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Ativos. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Ativos continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Ativos de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**Normas a serem aplicadas em períodos futuros****Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 18**

Em outubro de 2025, o CPC aprovou o pronunciamento CPC 51 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis, que estabelece requisitos gerais e específicos para a apresentação de informações nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Também estabelece requisitos para a divulgação de informações nas notas explicativas.

Esse CPC entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Ativos está avaliando os impactos do pronunciamento para as próximas divulgações.

3 – Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis adotadas pela Ativos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. Exceto aquelas receitas oriundas das operações de créditos adquiridos, que por se tratar de créditos “estressados”, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada, originados de instituições onde se encontravam no *status* “baixados para perda”, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro, descontado dos valores de aquisição, pois não foi possível mensurar com confiabilidade a taxa efetiva de juros ajustada pelo risco de crédito das carteiras adquiridas.

A apropriação como perdas dos créditos adquiridos considerados incobráveis por erro no cedente, pelo atingimento da vida útil prevista (baixa do estoque), operações sem acordo ou acordos quebrados e inadimplidos, é realizada conforme metodologia desenvolvida pela Ativos.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Custo de serviços de cobrança

Os Custos dos Serviços de Cobrança são registrados na Demonstração do Resultado quando incorridos. Os gastos são relativos aos serviços de cobrança prestados por empresas terceirizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, as aplicações em cotas de fundo de investimento de curto prazo e as aplicações em certificados de depósitos bancários (Nota 5).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos. Os ativos financeiros são classificados nas categorias abaixo relacionadas:

Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

Mensurado nessa categoria a Ativos detém a aplicação em certificado de depósito bancário (CDB BB Rende Fácil) e o ativo financeiro “Créditos adquiridos”, sem coobrigação, que são operações de créditos de qualidade deteriorada, originados de instituições financeiras onde se encontravam no status “baixados para perda”. Para o ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito, o CPC 48 considera que no reconhecimento inicial, o risco de crédito é elevado, e no caso de compra é adquirido com grande desconto.

Os créditos adquiridos são representados por empréstimos bancários classificados como *Non Performing Loans* (NPL) e avaliados ao valor de custo, incorporando-se a perda esperada no preço de aquisição, com base nas premissas de acordo com o valor recuperável da carteira adquirida, utilizando-se de taxa de desconto, curvas históricas e valor presente líquido das carteiras.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

A Ativos não possui ativos financeiros mensurados nessa categoria.

Valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma.

Os ativos financeiros da Ativos enquadrados nessa categoria são as aplicações financeiras em “Fundos de investimento”.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Os passivos financeiros devem ser mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme os critérios estabelecidos no CPC 48.

O principal passivo mensurado na categoria ao custo amortizado é:

Obrigações por debêntures emitidas – Representam a captação de recursos mediante a emissão de debêntures nominativas e escriturais, sem garantias e não conversíveis em ações.

e) Tributos

Os tributos são apurados sob o regime do lucro real, com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários – Nota 20.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo do crédito tributário, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado, de acordo com CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

f) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, em conformidade com as instruções e normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Ativo Imobilizado: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas (Nota 10).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Ativos, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Contemplam os gastos com aquisição de softwares e licenças de uso com prazo de amortização de 5 anos (Nota 11).

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g) Arrendamento

A Ativos avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato e reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Ativos é arrendatária.

Como resultado dessa avaliação, a Ativos identificou um único contrato de arrendamento que tem como objeto o aluguel do imóvel sede, utilizado na prática de suas operações. Esse contrato é uma locação com o Banco do Brasil, com vencimento em 09/01/2028, firmado em condições e termos usuais de mercado.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita de arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente identificada, a Ativos usa sua taxa incremental de captação. A taxa de desconto é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo e garantia semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Ativos utilizou a taxa incremental que representa o custo equivalente a um empréstimo imobiliário para pessoa jurídica em condições normais de mercado. A taxa de desconto para o período do contrato foi de 10,2% a.a.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento do arrendamento realizado. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo arrendamento correspondente e os pagamentos efetuados na ou antes da data de aquisição, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (caso aplicável). Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil correspondente do ativo, qual for o menor.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada. O direito de uso do imóvel alugado é reconhecido no balanço patrimonial como ativo imobilizado – ativos de direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento constam em outras obrigações – arrendamento.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a Ativos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (*impairment*), reconhecida na Demonstração do Resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na avaliação de assessores jurídicos e da Administração, for considerado uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

A Ativos utiliza para fins de provisão para os passivos contingentes método massificado e estatístico de probabilidade e previsão estimada, denominado “valor esperado” (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor iguais a remoto, possível ou provável), conforme CPC 25, item 39.

j) Gerenciamento de riscos

A Ativos adota política conservadora, em alinhamento com a política de gerenciamento de riscos do Conglomerado Banco do Brasil. A Companhia não opera no mercado de derivativos, câmbio, instrumentos financeiros sujeitos à *Volcker Rule* ou com itens diferentes do R\$ – Real.

A Ativos não está sujeita ao Risco de Crédito, devido ao modelo de negócio, não existindo as figuras de tomador e devedor e inexistindo inadimplência de crédito. A Companhia possui estrutura própria de gestão de riscos com diretrizes para o processo de identificação, avaliação, mensuração, controle, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos envolvidos no negócio.

A Ativos adota a gestão integrada de riscos corporativos, com foco na inter-relação entre os processos, pessoas, sistemas, controle, riscos e resultados.

As disponibilidades são mantidas em conta corrente e em aplicações financeiras realizadas com os fundos de renda fixa, de alta liquidez e baixa volatilidade, administrados pela BB Asset Management e/ou em papéis emitidos pelo Banco do Brasil e/ou em cotas de subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, o que minimiza principalmente os riscos de liquidez e de mercado.

Os riscos considerados como relevantes, avaliados a partir da análise dos processos, do impacto e da probabilidade de ocorrência nos negócios são Risco de Estratégia; Risco de Liquidez; Risco de Mercado; Risco de Reputação; Risco Operacional (engloba os riscos: Conduta, Cibernético, Conformidade, Legal, Segurança (inclusive risco de Lavagem

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

de Dinheiro, de Financiamento do Terrorismo, do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e de Corrupção – PCL/FTP-C), Terceiros e Tecnologia da Informação) e Risco Social.

Na Ativos a gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios.

A Companhia estabeleceu Programa de Compliance e Integridade contendo mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia e aplicação efetiva do Código de Conduta, Ética e Integridade e a Política de Gestão de Riscos. A Política de Gestão de Riscos e o Programa de Compliance e Integridade são aprovados pelo Conselho de Administração, com o assessoramento dos Comitês de Auditoria (Coaud) e de Riscos e de Capital (Coris) em compartilhamento com o Conglomerado BB e ficam disponíveis no site da Ativos (<https://ativosbb.com.br/quem-somos>).

4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela Ativos poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Ativos e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativa ocorre em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, a Ativos avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Ativos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, a Ativos testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

c) Perdas na baixa de créditos adquiridos

Os créditos adquiridos, que por se tratar de créditos “estressados”, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada, originados de instituições onde se encontravam no status “baixados para perda”, são reconhecidos

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

inicialmente por seu valor de custo já líquido da perda esperada e, mensalmente, há o reconhecimento das perdas, mediante o desempenho de recuperação. Essas perdas são registradas em conformidade com o CPC 48, para os ativos financeiros adquiridos com problemas de recuperação de crédito.

Adicionalmente, o CPC 48 recomenda que em cada data de balanço, a entidade reavalie o valor da alteração das perdas de crédito esperadas, e se aplicável, reconheça um ganho ou perda na redução ao valor recuperável no resultado.

Conforme essas exigências, a Companhia desenvolveu a metodologia para a baixa das carteiras adquiridas que consiste em estabelecer uma curva de baixa mensal até o desgaste total da carteira. Essa curva de baixa de cada uma das carteiras de créditos adquiridas é monitorada anualmente para que atendam a um intervalo de assertividade dentro de até 3%. Caso esse percentual seja ultrapassado, inicia-se um processo de revisão e readequação das variáveis para preservar a qualidade do modelo.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pela Ativos estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela Ativos e pela sua subsidiária no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela Ativos, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a Ativos possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da Ativos é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela Ativos para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela Ativos que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	252.552	436.642
Fundos de investimento ⁽¹⁾	245.873	434.934
Caixa e depósitos bancários	3.433	1
Certificado de depósito bancário – CDB ⁽²⁾	3.246	1.707
Total	252.552	436.642

(1) Correspondem às aplicações financeiras nos fundos de investimento de mercado BB RF CP Corporate Ágil e BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP, administrados pela BB Asset Management, cuja carteira é composta por títulos públicos federais pré e pós-fixados e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os fundos de investimento são mensurados a valor justo por meio do resultado, apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor justo.

(2) Correspondem às aplicações financeiras no CDB BB Rende Fácil, título emitido pelo controlador Banco do Brasil com a finalidade de aplicação automática do saldo em conta corrente. Essa aplicação é mensurada ao custo amortizado, possui liquidez diária e remuneração por percentual do CDI.

6 – Instrumentos financeiros

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Ativos são nos fundos de investimento com liquidez diária, administrados pela BB Asset, e nos certificados de depósitos bancários e são classificadas como caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Rendas de aplicações financeiras

	Nota	Exercício/2025	Exercício/2024
Rendas de aplicações em fundos de investimento	18.a	44.006	17.168
BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP		42.765	16.790
BB RF CP Corporate Ágil		1.241	378
Rendas de aplicações em CDB	18.a	48	18
BB Rende Fácil		48	18
Total		44.054	17.186

c) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Fundos de Investimento: são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos fundos.

Níveis de informação referentes a ativos mensurados a valor justo no balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Ativos são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a empresa estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a valor justo no balanço

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo Contábil	Nível 2	Saldo Contábil	Nível 2
Ativo	245.873	245.873	434.934	434.934
BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP ⁽¹⁾	241.286	241.286	428.607	428.607
BB RF CP Corporate Ágil ⁽¹⁾	4.587	4.587	6.327	6.327

(1) O valor do custo atualizado dos fundos de investimento equivale ao valor justo.

d) Créditos adquiridos

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos adquiridos ⁽¹⁾	1.651.411	987.984
Total	1.651.411	987.984
Ativo circulante	430.907	290.553
Ativo não circulante	1.220.504	697.431

(1) Referem-se, principalmente, às operações de CDC (empréstimos e financiamentos), Cheque Especial, Cartão de Crédito, Adiantamento a Depositantes, Giro Rápido, Desconto de Títulos, Leasing, Conta Garantida e outras oriundas do Banco do Brasil S.A.; e operações de Cartão de Crédito, CDC (empréstimos e financiamentos), Renegociação de Dívidas e Capital de Giro oriundas de outras Instituições Financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Movimentação de créditos adquiridos

	Exercício/2025	Exercício/2024
Saldo Inicial	987.984	1.007.662
Aquisições no período	1.030.953	314.921
Banco do Brasil S.A.	1.025.233	314.921
Outras instituições	5.720	--
Perdas na baixa de créditos adquiridos ⁽¹⁾	(256.695)	(233.398)
Baixas por recebimento	(110.831)	(101.201)
Saldo Final	1.651.411	987.984

(1) Referem-se à apropriação como perdas dos créditos adquiridos, conforme metodologia desenvolvida pela Ativos, decorrentes (i) do atingimento da vida útil (baixa do estoque); ou (ii) considerados incobráveis por erro no cedente, decisão judicial ou acordos quebrados e inadimplidos.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31/12/2025 e 31/12/2024, não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto e não foram realizadas transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante o período encerrado em 31/12/2025 e o exercício encerrado em 31/12/2024.

7 – Outros créditos

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	20.d	27.839	25.942
Impostos e contribuições a compensar		10.197	3.581
Dividendos e bonificações a receber		3.898	3.722
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾		1.099	641
Depósitos bloqueados ⁽²⁾		1.066	1.584
Pontos programa de relacionamento		614	123
Outros		1	6
Total		44.714	35.599
Ativo circulante		15.776	9.016
Ativo não circulante		28.938	26.583

(1) Valor referente ao reconhecimento de precatório oriundo de decisão transitada em julgado de ação judicial de repetição de indébito tributário, referente à recuperação de ISSQN a compensar de anos anteriores.

(2) Referem-se aos saldos bloqueados na conta da Companhia por determinação judicial decorrente, principalmente, de ações cíveis de questionamento de clientes em relação a cobrança dos créditos adquiridos.

8 – Outros valores e bens

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a terceiros ⁽¹⁾	256	--
Valores a receber de sociedades ligadas	101	65
Outros	--	7
Total	357	72
Ativo circulante	357	72

(1) Referem-se aos adiantamentos realizados aos escritórios advocatícios para cobrir custas judiciais e pagamento de indenizações cíveis e trabalhistas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Participações societárias

Movimentações em controlada

Empresa	Saldo Contábil	Movimentações Exercício/2025		Saldo Contábil	Resultado de Equivalência
	31/12/2024	Dividendos	Resultado de Equivalência	31/12/2025	Exercício/2024
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	6	(3.898)	3.898	6	3.722

31/12/2025					
Empresa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido Exercício/2025	Quantidade de Ações	Participação do Capital Social %
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	5	6	3.898	5.000	100

31/12/2024					
Empresa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido Exercício/2024	Quantidade de Ações	Participação do Capital Social %
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	5	6	3.722	5.000	100

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Imobilizado

a) Imobilizado de uso

	De uso	De direito de uso	Total
	Móveis e equipamentos	Edificações	
Custo de aquisição			
Saldo em 31/12/2023	1.880	6.306	8.186
Aquisições	10	--	10
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 31/12/2024	1.890	6.306	8.196
Saldo em 31/12/2024	1.890	6.306	8.196
Aquisições	29	--	29
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 31/12/2025	1.919	6.306	8.225
Depreciação acumulada			
Saldo em 31/12/2023	(1.315)	(1.426)	(2.741)
Despesa de depreciação	(282)	(1.220)	(1.502)
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 31/12/2024	(1.597)	(2.646)	(4.243)
Saldo em 31/12/2024	(1.597)	(2.646)	(4.243)
Despesa de depreciação	(248)	(1.220)	(1.468)
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 31/12/2025	(1.845)	(3.866)	(5.711)
Valor contábil			
Saldo em 31/12/2024	293	3.660	3.953
Saldo em 31/12/2025	74	2.440	2.514

b) Arrendamento

Arrendamento	Arrendamento a Pagar	Juros Incorridos	Prestações Pagas	31/12/2025 Saldo Contábil	31/12/2024 Saldo Contábil
Arrendamento ⁽¹⁾	6.306	1.356	(4.732)	2.930	4.139
Total				2.930	4.139
Passivo circulante				1.321	1.199
Passivo não circulante				1.609	2.940

(1) O saldo do passivo de arrendamento (aluguel da sede da Ativos) é o somatório do valor de todas as prestações contratuais reduzido dos juros a transcorrer e das prestações pagas no período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Análise de vencimento dos passivos de arrendamento

Representa os fluxos de caixa contratuais não descontados a valor presente por prazo de vencimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	1.548	1.548
De 1 a 3 anos	1.677	3.096
Acima de 3 anos	--	129
Total ⁽¹⁾	3.225	4.773

(1) Cronograma de desembolso calculado com base nas contraprestações de R\$ 129 mil mensais, estabelecidas no contrato de aluguel com o BB.

11 – Intangível

	Software adquiridos	Software desenvolvidos	Software em desenvolvimento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31/12/2023	2.342	--	3.741	6.083
Aquisições	--	912	684	1.596
Baixas	--	--	(912)	(912)
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 31/12/2024	2.342	912	3.513	6.767
Saldo em 31/12/2024	2.342	912	3.513	6.767
Aquisições	--	--	1.232	1.232
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 31/12/2025	2.342	912	4.745	7.999
Amortização Acumulada				
Saldo em 31/12/2023	(2.288)	--	--	(2.288)
Despesa de amortização	(54)	(182)	--	(236)
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 31/12/2024	(2.342)	(182)	--	(2.524)
Saldo em 31/12/2024	(2.342)	(182)	--	(2.524)
Despesa de amortização	--	(183)	--	(183)
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 31/12/2025	(2.342)	(365)	--	(2.707)
Valor Contábil				
Saldo em 31/12/2024	--	730	3.513	4.243
Saldo em 31/12/2025	--	547	4.745	5.292

12 – Obrigações por emissão de debêntures

As debêntures emitidas são nominativas e escriturais, sem garantias, não conversíveis em ações e com prazo de vencimento de 4 anos, a partir da data de emissão.

As amortizações são realizadas em parcelas mensais a partir do 13º mês contado da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 10 de novembro de 2026, à razão de 2,5% ao mês nos primeiros 24 meses, e de 3,3333% ao mês nos últimos 12 meses, conforme cronograma contratual.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A remuneração paga mensalmente é calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis à taxa de 100% da DI acrescida de um *spread* de 0,55% a.a.

	Valor Emitido	Custos de Transação	Remuneração a.a. (%)	Data da Captação	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures ⁽¹⁾	500.000	657	DI + 0,55	27.10.2025	10.10.2029	503.387	--
Total						503.387	--
Passivo circulante						28.862	--
Passivo não circulante						474.525	--

(1) Refere-se a aquisição integral dos títulos pela BB Elo Cartões, em 27/10/2025.

Movimentações das debêntures

	Exercício/2025	Exercício/2024
Debêntures		
Saldo inicial	--	--
Emissão	500.000	--
Atualização	12.951	--
Juros pagos	(8.925)	--
Amortização	--	--
Saldo das debêntures	504.026	--
Custos de transação		
Saldo inicial	--	--
Custos da emissão	(657)	--
Amortização	18	--
Saldo dos custos de transação	(639)	--
Saldo final das obrigações por emissão de debêntures	503.387	--

13 – Obrigações por empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos bancários ⁽¹⁾	--	100.000
Total	--	100.000
Passivo circulante	--	100.000

(1) Referem-se às operações de "conta garantida" contratadas com o controlador Banco do Brasil S.A.

14 – Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	305.299	246.630
Gratificações e participações a pagar	4.908	3.775
Total	310.207	250.405
Passivo circulante	310.207	250.405

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	53.140	38.793
Impostos e contribuições a recolher	5.814	4.585
Total	58.954	43.378
Passivo circulante	58.954	43.378

c) Diversas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para passivos contingentes	23.b	79.032	73.858
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾		18.405	15.131
Valores a pagar a sociedades ligadas		2.656	1.898
Pagamento de clientes a processar		1.727	550
Outros		2.379	1.971
Total		104.199	93.408
Passivo circulante		104.199	93.408

(1) Referem-se, principalmente, aos valores devidos sobre comissões aos escritórios de cobrança, despesas administrativas em geral e escritórios advocatícios.

15 – Receita operacional líquida

	Exercício/2025	Exercício/2024
Receita Bruta de Serviços de Cobrança	1.041.139	893.688
Receita de recebimento de créditos	1.041.139	893.688
Deduções da Receita Bruta	(48.511)	(40.815)
Despesas de PIS/Pasep e Cofins	(48.511)	(40.815)
Receita Operacional Líquida	992.628	852.873

16 – Custo de serviços de cobrança

	Exercício/2025	Exercício/2024
Comissões de recebimentos de créditos ⁽¹⁾	(117.822)	(93.341)
Despesas gerais ⁽²⁾	(23.291)	(24.647)
Reembolso por cessão de operações	(180)	(137)
Custos com Programa Desenrola Brasil	--	(817)
Total	(141.293)	(118.942)

(1) Referem-se às comissões pagas às empresas prestadoras de serviços de cobrança, conforme critérios definidos em contratos;

(2) Referem-se às despesas vinculadas ao pagamento de empresas prestadoras de serviços de cobrança ativa e receptiva (Contact Center), envio de mensagens, enriquecimento de dados e plataformas de negociação digital de dívidas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Outras receitas / (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	Exercício/2025	Exercício/2024
Pessoal, encargos sociais, benefícios e treinamentos	(33.524)	(24.481)
Processamento de dados	(14.115)	(14.040)
Serviços técnicos especializados	(5.475)	(1.931)
Participações no lucro	(4.007)	(2.828)
Concessão de uso de software	(2.959)	(3.446)
Legais e judiciais	(2.813)	(3.353)
Tributárias	(2.232)	(36)
Contribuições filantrópicas	(1.311)	(1.781)
Depreciação - Arrendamento	(1.220)	(1.220)
Condomínio	(787)	(308)
Serviços de terceiros	(756)	(613)
Honorários	(718)	(533)
Promoções e relações públicas	(589)	(443)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(430)	(518)
Viagens no País	(411)	(356)
Reuniões	(366)	(208)
Publicidade e propaganda	(320)	--
Aluguéis	(295)	(272)
Comunicação	(259)	(166)
Custos indiretos contabilidade BB	(244)	(209)
Custos de suporte direção geral BB	(175)	(163)
Publicações	(102)	(96)
Outras	(1.615)	(1.404)
Total	(74.723)	(58.405)

b) Outras receitas operacionais

	Exercício/2025	Exercício/2024
Reversão de provisão para passivos contingentes	39.634	72.647
Recuperação de despesas de terceiros ⁽¹⁾	3.364	4.925
Recuperação de depósitos judiciais ⁽²⁾	1.511	1.717
Ressarcimento de custos - Ativos Gestão	950	608
Reembolso de escritórios advocatícios ⁽³⁾	560	441
Atualização monetária de precatórios	458	--
Atualização monetária de dividendos a receber	386	74
Outras	126	456
Total	46.989	80.868

(1) Refere-se, principalmente, ao reembolso de custas judiciais pelo banco cedente de operações de créditos adquiridas.

(2) Refere-se, principalmente, ao levantamento de depósitos judiciais.

(3) Refere-se à devolução de custas judiciais dos escritórios advocatícios.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas operacionais

	Exercício/2025	Exercício/2024
Demandas judiciais cíveis ⁽¹⁾	(50.948)	(80.609)
Provisão para passivos contingentes	(62.016)	(67.352)
Outras	(3)	(35)
Total	(112.967)	(147.996)

(1) Referem-se às indenizações, honorários advocatícios e custas judiciais.

18 – Resultado financeiro

a) Receitas financeiras

	Exercício/2025	Exercício/2024
Rendas de aplicações em fundos de investimento	44.006	17.168
CDB	48	18
Total	44.054	17.186

b) Despesas financeiras

	Exercício/2025	Exercício/2024
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias	(13.292)	(4.680)
Despesas de captação na emissão de debêntures	(12.951)	--
Juros pagos – Empréstimos	(12.261)	--
Comissões e despesas bancárias	(3.119)	(6.736)
Juros pagos – Arrendamento	(340)	(452)
Outras	--	(3)
Total	(41.963)	(11.871)

19 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	977.169	977.169
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,49	1,49

b) Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 656.103 mil (R\$ 656.103 mil em 31/12/2024), está dividido em 656.102.904 ações, sendo 328.051.452 ações ordinárias e 328.051.452 ações preferenciais, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Acionistas	Ações	% Total
BB Banco de Investimento S.A. – BB BI ⁽¹⁾	488.796.663	74,5
BB Cayman Islands Holding – BB CI Holding	167.306.241	25,5
Total	656.102.904	100,0

(1) O BB BI possui 160.745.211 ações ordinárias e 328.051.452 ações preferenciais, sem direito a voto.

c) Reservas de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros	321.066	321.066
Reserva legal	131.220	131.220
Reserva estatutária	189.846	189.846

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. A Ativos atingiu esse limite na distribuição do resultado do exercício de 2024.

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social, conforme estabelecido no Estatuto Social da Ativos

d) Dividendos e distribuição de lucro líquido

	Exercício/2025	Exercício/2024
Lucro Líquido do Período	305.299	255.620
Reserva legal constituída no período	--	(8.990)
Base de cálculo	305.299	246.630
Dividendo mínimo obrigatório	76.325	61.658
Dividendo adicional	228.974	184.972
Total destinado ao acionista	305.299	246.630
Saldo do Lucro líquido após as destinações	--	--

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic, da data do balanço até o dia do efetivo pagamento, conforme previsto no Decreto nº 2.673/1998.

20 – Tributos

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2025	Exercício/2024
Valores correntes	(156.525)	(126.638)
IR e CSLL no país	(156.525)	(126.638)
Valores diferidos	1.896	(1.779)
Total	(154.629)	(128.417)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2025	Exercício/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	459.928	384.037
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(156.375)	(130.573)
Resultado de ajustes de investimentos em coligadas e controladas	1.325	1.266
Outros valores	421	890
IR e CSLL do período	(154.629)	(128.417)

c) Despesas tributárias

	Exercício/2025	Exercício/2024
Cofins ⁽¹⁾	(41.730)	(35.110)
PIS/Pasep ⁽¹⁾	(6.781)	(5.705)
Outras	(2.233)	(36)
Total	(50.744)	(40.851)

(1) Deduções da receita bruta.

d) Ativo fiscal diferido (crédito tributário)

Ativado

	31/12/2024	Exercício/2025		31/12/2025
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	25.942	21.971	20.075	27.838
Provisões passivas	25.942	21.971	20.075	27.838
Total dos créditos tributários ativados	25.942	21.971	20.075	27.838
IR	18.955	16.029	14.700	20.284
CSLL	6.987	5.942	5.375	7.554

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação de 31.12.2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média do CDI.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	9.238	8.168
Em 2027	6.623	5.286
Em 2028	6.758	4.938
Em 2029	2.776	1.864
Em 2030	1.231	760
Em 2031	1.213	688
Total de créditos tributários em 31.12.2025	27.839	21.704

No exercício/2025, houve realização de créditos tributários na Ativos no montante de R\$ 20.075 mil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21 - Partes relacionadas

Custos com as remunerações e benefícios de curto prazo da diretoria e conselho de administração

	Exercício/2025	Exercício/2024
Honorários e encargos sociais	4.689	3.325
Diretoria	4.188	2.953
Conselho de Administração	501	372
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	915	814
Outros ⁽¹⁾	583	382
Total	6.187	4.521

(1) Referem-se às contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

A Ativos não concede empréstimos aos seus Diretores e membros do seu Conselho de Administração.

A Ativos realiza, principalmente com o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados). Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das transações com partes relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da Ativos com as partes relacionadas e seus respectivos resultados.

		31/12/2025		31/12/2024	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas ⁽⁴⁾	Total	Total
Ativos					
Disponibilidades	5	3.433	--	3.433	1
Certificados de depósitos bancários	5	3.246	--	3.246	1.707
Créditos adquiridos empresas ligadas		1.501.226	7.058	1.508.284	789.190
Dividendos e bonificações a receber	7	--	3.898	3.898	3.722
Valores a receber de sociedades ligadas	8	--	101	101	65
Ativo de direito de uso - Arrendamento	10.a	2.440	--	2.440	3.660
Outros ativos ⁽¹⁾	7	--	614	614	123
Passivos					
Debêntures	12	--	503.387	503.387	--
Empréstimos bancários	13	--	--	--	100.000
Dividendos a pagar	14.a	--	305.299	305.299	246.630
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽²⁾	14.c	2.656	--	2.656	1.898
Arrendamento	10.b	2.930	--	2.930	4.139

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		Exercício/2025		Exercício/2024	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas ⁽⁴⁾	Total	Total
Receitas					
Ressarcimento de custos	17.b	--	950	950	608
Atualização monetária dos dividendos a receber	17.b	--	386	386	74
Despesas					
Despesas de captação na emissão de debêntures	18.b	--	(12.951)	(12.951)	--
Despesas de pessoal		(16.708)	--	(16.708)	(8.953)
Suporte operacional e custos indiretos BB	17.a	(419)	--	(419)	(372)
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias ⁽³⁾	18.b	--	(13.292)	(13.292)	(4.680)
Depreciação - arrendamento	17.a	(1.220)	--	(1.220)	(1.220)
Juros - arrendamento	18.b	(340)	--	(340)	(452)
Juros empréstimos	18.b	(12.261)	--	(12.261)	--
Serviços técnicos especializados		(203)	--	(203)	(229)
Comissões e despesas bancárias	18.b	(3.119)	--	(3.119)	(6.736)

(1) Refere-se, principalmente, aos pontos de relacionamento da Lívelo S.A. e Dotz S.A. para futuras ações estratégicas da Ativos;

(2) Referem-se aos valores a pagar ao Banco do Brasil S.A. em decorrência da utilização do mecanismo de compartilhamento dos resultados referentes à cessão de carteiras de créditos e ressarcimento de custos diretos e indiretos;

(3) Refere-se à atualização dos dividendos;

(4) BB BI, BB CI Holding, BB Elo Cartões, Banco Votorantim, Lívelo S.A., Dotz S.A. e Ativos Gestão.

A Ativos adquiriu do Banco do Brasil S.A. créditos oriundos de operações em prejuízo no montante de R\$ 1.025.233 mil no exercício de 2025 (R\$ 314.921 mil no exercício de 2024). Essas operações estão registradas em créditos adquiridos (Nota 6.e).

22 – Remuneração de empregados e administradores

Foi celebrado convênio de disponibilidade de empregados do Banco do Brasil S.A. para a Ativos, para o exercício de função estatutária e não estatutária. A cessão acontece na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco.

O Banco continuará processando a folha de pagamento desses funcionários mediante ressarcimento mensal pela Companhia de todos os custos decorrentes. Essa remuneração está inclusa em Despesas de Pessoal, conforme evidenciado na Nota 21.

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros da Ativos (Em Reais):

	31/12/2025	31/12/2024
Número de funcionários	73	79
Menor salário	4.415,46	2.688,71
Maior salário	13.237,37	11.949,78
Salário médio	8.117,32	6.579,58
Valor médio dos benefícios oferecidos	6.339,88	4.020,47
Presidente	68.414,22	49.316,88
Diretor	56.704,55	39.454,46
Conselho de Administração	6.460,12	4.541,34
Conselho Fiscal	6.460,12	4.541,34

Não foram contratados funcionários nos exercícios de 2025 e 2024.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23 – Provisões, ativos e passivos contingentes

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

b) Passivos contingentes – prováveis

Ações cíveis

As ações movidas contra a Ativos têm objeto, principalmente, em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como, na inclusão/manutenção do nome de devedores em órgãos de proteção ao crédito.

Ações trabalhistas

Referem-se, em sua maioria, a ações oriundas de funcionários das empresas de cobrança terceirizadas, sob alegação de responsabilidade subsidiária da Ativos

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas e cíveis

	Exercício/2025	Exercício/2024
Demandas Trabalhistas		
Saldo inicial	--	903
Constituição	100	338
Reversão	--	(1.082)
Baixa por pagamento	--	(159)
Saldo final	100	--
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	73.858	78.250
Constituição	61.916	67.014
Reversão	(39.635)	(57.369)
Baixa por pagamento	(17.207)	(14.037)
Saldo final	78.932	73.858
Total	79.032	73.858

A Administração da Ativos considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas e cíveis. Não há saldos de demandas fiscais prováveis em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Cíveis
Até 5 anos	100	69.460
Acima de 5 anos	--	9.472
Total	100	78.932

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos contingentes – possíveis

Ações cíveis e trabalhistas

Não há outras demandas cíveis e trabalhistas classificadas com risco de perda possível, que não aquelas já incluídas no método massificado e que estão provisionadas (Nota 23.b), que necessitam ser divulgadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31/12/2025 e 31/12/2024, não havia demandas fiscais possíveis a serem divulgadas.

24 – Outras informações

Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024 já aprovado aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

A Ativos vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos
Financeiros** Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros (“Ativos S.A.”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ativos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Ativos S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Ativos S.A., cuja apresentação não é requerida pelas companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Ativos S.A.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações



contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração de Ativos S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se esse relatório aparenta conter distorção relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que existe distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ativos S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ativos S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista senão encerrar as operações.

Os responsáveis pela governança da Ativos S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório do auditor contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de forma razoável, nas decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, uma vez que a fraude pode envolver ato de conluio, falsificação, omissões, representações falsas ou a superação do controle interno;

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ativos S.A.;

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ativos S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas na evidência de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Eventos ou condições futuras podem fazer com que a Ativos S.A. não seja capaz de continuar operando;

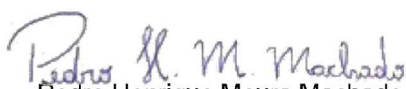
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda CRC
SP-014428/F-0


Pedro Henrique Moura Machado
Contador CRC GO-022139/O-4



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atividades. Também exerce suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas que adotaram o regime de Coaud único, entre elas a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A.).

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores da Ativos S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a Ativos S.A. está exposta, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Ativos S.A. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2025, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração do Controlador, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões com membros da diretoria executiva e entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

Nas demonstrações contábeis da Companhia não foi identificada exposição atuarial.

O Comitê apresentou pareceres relativos aos temas de sua competência à Ativos S.A. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Empresa.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da Ativos S.A. e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a legislação aplicável;
- e) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- f) as demonstrações contábeis da Ativos S.A. relativas a 31/12/2025 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 13 de março de 2026.

 COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Rachel de Oliveira Maia

Marcelo Gasparino da Silva

Manifestação do Conselho de Administração

Em conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros declara que, em reunião nesta data, tomou conhecimento das contas da Diretoria Executiva e do Relatório de Administração 2025, e recomenda à Assembleia Geral dos Acionistas a aprovação das contas relativas ao exercício de 2025.

Brasília (DF), 13 de março de 2026.

Isabela Gomes Gebrim

Conselheira

José Alípio dos Santos

Conselheiro

Juliano Brito da Justa Neves

Conselheiro

Tito Livio Pereira Queiroz e Silva

Conselheiro

Kleuvânio Dias de Souza

Vice-Presidente do Conselho

Carlos Eduardo Guedes Pinto

Presidente do Conselho

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, os Relatórios do Comitê de Auditoria e da Auditoria Independente - KPMG Auditores Independentes Ltda, expedido sem ressalvas nesta data, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos encontram-se aptos a serem submetidos à deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 13 de março de 2026.

Fabiano de Figueiredo Araujo
Conselheiro

Rogério Jesus Alves de Oliveira
Conselheiro

Rodrigo Nunes Gurgel
Presidente

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Bruno Melo de Siqueira Vieira

DIRETORES

Carlos Guilherme Arruda Silva

Marcio Luiz Tavares

Pedro José Galhano de Oliveira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Guedes Pinto

Kleuvânio Dias de Souza

Emir Simão Sader

Isabela Gomes Gebrim

José Alípio dos Santos

Juliano Brito da Justa Neves

Tito Livio Pereira Queiroz e Silva

CONSELHO FISCAL

Rodrigo Nunes Gurgel

Fabiano de Figueiredo Araujo

Rogério Jesus Alves de Oliveira

COMITÊ DE AUDITORIA

Egidio Otmar Ames

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino da Silva

Rachel de Oliveira Maia

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira

Contador Geral

Contador CRC-DF 023407/O-3

CPF 995.476.143-00